

A ordem dos livros nas bibliotecas das ordens

FERNANDA MARIA GUEDES DE CAMPOS

CHAM – Centro de Humanidades, NOVA FCSH e UAç
CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa, UCP
fmgcampos@netcabo.pt

Resumo: Apresentam-se no artigo os contextos e as circunstâncias próprias das bibliotecas dos estabelecimentos regulares portugueses no Antigo Regime, recorrendo, nomeadamente, aos testemunhos dos religiosos bibliotecários e aos modelos de classificação e ordenação utilizados em diversas bibliotecas de distintas ordens. Sobressaem da revisão bibliográfica e da análise destas fontes, algumas linhas de força como a importância do livro e da leitura em conventos e mosteiros, a utilização progressiva das melhores práticas na organização das bibliotecas e dos seus catálogos e o interesse em que a ordem dos livros correspondesse, da melhor forma, aos interesses dos leitores.

Palavras-chave: Ordens religiosas, Portugal, Bibliotecas, Catálogos, Práticas de classificação, Organização.

The order of books in religious libraries

Abstract: The article presents the models and practices followed by libraries of the Ancien Régime Portuguese convents namely through their classification schemes and using as primary sources the librarians' testimonies as written in manuscript 18th century catalogues. From the bibliographical review that precedes the study and from the analysis of the catalogues it becomes evident the importance of books and reading in religious institutions, the use of modern librarianship practices and the clear intention of presenting the library and its catalogue as a service to the readers.

Keywords: Religious orders, Portugal, Libraries, Catalogues, Classification schemes, Organization.

Falar de bibliotecas nas instituições religiosas regulares na Época Moderna é, antes de mais, reconhecer a presença e a importância do livro e da leitura na vida monástica e conventual, numa linha de continuidade reconhecível desde os primórdios da existência das ordens religiosas. O clero regular é, sem dúvida, o único grupo social em que o uso do livro é obrigatório, como se infere das regras e estatutos que, ao longo de séculos, nortearam a fundação e o funcionamento dos diversos institutos e estabelecimentos de vida consagrada. Encontramos na Regra de S. Bento (séc. VI) a referência à obrigatoriedade da posse de livros nas comunidades, para cultura e instrução dos religiosos. Foi, aliás, S. Bento quem determinou que “à mesa dos monges nunca faltasse a leitura”¹, de tal forma que, ao mesmo tempo que o corpo se alimentava, também o espírito encontrava o seu sustento. A imagem persistiu e encontramos-la, por exemplo, nos “Estatutos da Congregação dos Clérigos do Oratório de Nossa Senhora da Assumpção”, impressos em 1725, onde a Regra VIII, 2. explicita que “No refeytorio assistirão [os padres] com todo o silencio, modéstia e muyta atenção ao que se ler [...] para que juntamente com o corpo tenha também a alma a sua refeição”².

Esta leitura mediada e em voz alta onde o *lector* ou *lectora*, conforme o género da comunidade, se constitui em transmissor do texto escrito não é, porém, a única forma de contacto com os livros. Presentes no refectório, na igreja ou na sacristia para as práticas litúrgicas, os livros foram-se agrupando em arcas, prateleiras, estantes, salas conforme a época, e a dimensão e importância da comunidade e assim, “mosteiro e biblioteca, serão, ao longo dos tempos, um binómio ou par inseparável”³. Esta relação matricial sintetiza-se nas palavras de Aires A. Nascimento: “Por exigência da Regra, uma comunidade monástica precisava de livros e, por estatutos, nenhuma nova fundação podia ser feita sem que lhe fossem garantidos os livros necessários por parte do fundador ou da abadia-mãe”⁴.

Ainda que a biblioteca monástica da Idade Média seja a que mais concita o interesse dos investigadores, a realidade desse espaço que nos mosteiros ocupa o *scriptorium* com todo o seu aparato de produção, cópia e iluminação de textos e a proximidade do *armarium* onde, zelosamente, se guardavam os livros, a verdade é que a biblioteca no ambiente regular evolui, como não podia deixar de ser. Acompanha e participa na mudança que o advento da imprensa trouxe à produção e difusão da cultura escrita ao mesmo tempo que espelha, naturalmente, a vida da própria

1 Regra 38, cit. por José Amadeu Coelho Dias – As bibliotecas nos mosteiros da antiga congregação beneditina portuguesa. *CEM Cultura, Espaço e Memória: revista do CITCEM*. 2 (2011), p. 138.

2 Estudados e cit. por José Sebastião da Silva Dias – *A Congregação do Oratório de Lisboa: regulamentos primitivos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Filosóficos, 1966, p. 67.

3 José Amadeu Coelho Dias – As bibliotecas nos mosteiros..., p. 139.

4 Aires A. Nascimento – O “*scriptorium*” medieval, instituição matriz do livro ocidental. In *A iluminura em Portugal: identidade e influências: catálogo da exposição*. Coord. científ. Maria Adelaide Miranda. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, vol. I, p. 91.

instituição em que se integrava. A casa dos livros era um espaço estruturante como o eram a igreja, a sacristia, o refeitório, o claustro... e, como tal, considerado na construção de uma instituição regular. A sua missão primordial consistia em representar o movimento geral da vida da Igreja, através dos textos necessários para garantir a constante formação (e a informação) necessária da comunidade.

Numa história tão rica e variada como é a destas bibliotecas, intentaremos recentrar o tema em torno da sua vivência no século XVIII, procurando não os conteúdos que nelas se guardavam mas o processo organizativo que as caracterizava, ou mais prosaicamente, como se cuidavam dos livros nas bibliotecas religiosas para os tornar acessíveis aos leitores.

Como ponto de partida, devemos assumir que foram, ao longo de séculos, lugares de permanência garantida para um acumular da cultura manuscrita e impressa, e ainda depósitos únicos no país, de uma prática continuada de conservação da memória e de defesa do património escrito. De facto, em Portugal, só em 1796 é fundada a primeira biblioteca pública laica, em Lisboa, com o nome de Real Biblioteca Pública da Corte⁵. Uma segunda questão que nos serve também para delinear o contexto é o facto de estarmos na presença de um universo muito vasto de bibliotecas. Não esqueçamos que, ao tempo da extinção, existiam cerca de 500 casas religiosas⁶ e, conquanto a situação de muitas fosse já de grande precaridade, certo é que nelas persistia uma biblioteca, pequena ou grande, em condições variáveis de conservação e cujo espólio, arrecadado pelo Estado após a exclausuração em 1834, terá representado entre 300.000 a 500.000 volumes!⁷

Uma terceira questão prévia que na história destas organizações se nos apresenta como evidência é a sua extraordinária capacidade de recuperação. Com efeito, mesmo em épocas de crise ou declínio, mantêm ciosamente o seu acervo e, em caso de destruição por fenómenos naturais ou por efeito de guerras, demonstram uma grande dinâmica reconstrutiva⁸.

É o caso da expressiva recuperação de estabelecimentos religiosos e suas bibliotecas, após o terramoto de 1755. Recorrendo a uma fonte importante da época, o *Mappa de Portugal antigo e moderno*, do padre João Baptista de Castro⁹, podemos acompanhar o destino de algumas que sofreram ruína e os esforços feitos para as

5 V. a propósito Maria Luísa Cabral – *A Real Biblioteca e os seus criadores: de 1755 a 1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

6 Cf. Laurinda Abreu – Um parecer da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do decreto de 30 de Maio de 1834. In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 117-130.

7 Paulo J. S. Barata – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

8 O fenómeno é identificável noutros países, nomeadamente em França. Ver, a propósito, Claude Jolly – Unité et diversité des collections religieuses. In *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II, p. 11-29.

9 Publicado em Lisboa, na oficina de Francisco Luís Ameno entre 1762 e 1763, em três volumes.

reconstituir. Referindo a sorte do convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e da sua biblioteca, escreve este autor:

“Templo de huma nobre, e magestosa fabrica, elevada sobre a eminencia de hum sitio chamado em outro tempo Almofala. [...] Não menos he atendível a excelente biblioteca, onde se numera huma grande e escolhida coleção de volumes de todas as faculdades, e bellas letras, impressos e manuscritos. [...] A formosa casa da Livraria com suas estantes de grande custo e o dormitório do Noviciado, que ficava por baixo, tudo se arruinou; porém, o incansável zelo e desvelo do Excellentissimo Bispo do Porto, Provincial que então era, acodindo prompto ao desentulho, fez com que os livros não padecessem damno considerável, e lhes destinou a casa da livraria velha, que fica por cima do Capitulo, para sua mais segura residência [...]”¹⁰

Logo, no ano seguinte, é preparado um catálogo da biblioteca¹¹ em que se vão mencionando à margem as obras perdidas na catástrofe. Num outro catálogo preparado em 1769¹², em cumprimento do Edital da Real Mesa Censória de 10 de julho, o convento da Graça já arrola um total de 6.285 títulos, o que revela a diligência com que se procurou restabelecer o acervo.

De forma mais detalhada e com uma descrição minuciosa das coleções, João Baptista de Castro descreve a destruição, neste caso, total, da biblioteca do convento de S. Domingos, da Ordem dos Pregadores:

“Entre as perdas, e prejuízos, que padeceo este Convento foy muito penoso para todos a da grande copia de livros, que o fogo consumio, sem deixar hum só nas suas duas famosas Bibliothecas. Existião estas no fim do dormitório de cima, e constava a mayor de huma formosa casa com seis janelas para o Nascente, e Poente [...] Para vencer e ocupar esta [altura], corria por cima das primeiras estantes huma varanda, para onde se subia por huma escada oculta metida por entre a parede. Nas estantes debaixo, que erão quarenta e três se continhão três mil oitocentos e quarenta e cinco volumes; e nas de cima, que tinhão quarenta e seis estantes, se numeravão cinco mil noventa e quarenta e três livros. Erão todos encadernados em pasta dourada e de todas as faculdades distribuídos methodicamente, franqueando-se a sua lição a todas as pessoas de fora em qualquer hora do dia [...] Na outra casa da livraria chamada pequena contigua a essa, se guardavam livros muito raros e particulares manuscritos [...] que fazião o computo de cinco mil e quinhentos volumes, os quais unidos com os da casa grande formavão o numero de quinze mil cento e oitenta e oito corpos de livros”¹³.

10 João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal antigo e moderno*. 2a ed. revista e aumentada. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, vol. III, p. 220, 221 e 225.

11 *Bibliotheca Augustiniana Conventus Ulyssiponensis Dominae Nostra de Gratia reformata adque Ordine alfabetico digesta...* Ann. 1756. (BNP. COD. 7459-7461).

12 *Catalogo dos livros que se axam na Livraria do Conv.to de N.Sra da Graça de Lisboa*. [c. 1769]. (BNP. COD. 7409).

13 João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal antigo e moderno...*, vol. III, p. 313-314.

Ora a verdade é que uma nova biblioteca veio a ser criada neste convento tal como no de S. Francisco da Cidade, sede da Província de Portugal da Ordem dos Frades Menores, também ele totalmente arruinado e com a biblioteca consumida pelo fogo. No *Almanach de Lisboa*¹⁴, encontramos menção a estas bibliotecas porque se franqueavam ao público, situação que, como vimos nas palavras de João Baptista de Castro, já se praticava, antes do terramoto, em S. Domingos.

A biblioteca é também, a par da riqueza da igreja e da traça e dimensão do edifício conventual e da sua zona limítrofe, um lugar que se mostra e se visita, onde os livros e a sua apresentação constituem um importante elemento valorativo para a instituição, como se vê nas impressões dos viajantes estrangeiros em Portugal. É verdade que o convento de Mafra ou o mosteiro de Alcobaça são mais vezes invocados, mas aparecem igualmente menções a conventos menos conhecidos e de menores dimensões, como se lê neste testemunho de Carl Israel Ruders, acerca do convento de Brancanes:

“Lisboa, 1 de Setembro de 1799 [...] Era um convento de capuchinhos chamado Brancanes. Apenas chegámos, levaram-nos para a igreja e avisaram o prior que havia ali estrangeiros. [...] Pareceu-me encontrar aqui a benevolência e a humildade cristã, tal como a representa o meu ideal. [Descreve a visita à igreja onde admirou entre outros quadros, um de Rafael e as vistas do convento]. A sala da biblioteca é grande e disfrutava-se dela uma das mais pitorescas vistas que se possam imaginar. Tem um bom catálogo manuscrito e duas boas esferas [refere-se a um globo celeste e outro terrestre]. O sítio era excelente para um observatório. Entre os livros que, na maior parte, são obras de padres da igreja com seus respectivos e pesados comentários, há diferentes livros mais modernos e excelentes [...]. O prior, que não parece muito versado em literatura, pôs a biblioteca à nossa disposição e convidou-nos, gentilmente, a jantar com ele”¹⁵.

Porém, e salvo algumas exceções, o declínio das ordens e suas casas, que começa a dar sinais no final de Setecentos, vai originar profundas desigualdades no desenvolvimento das bibliotecas religiosas, transformando muitas delas em coleções datadas. Até para os grandes estabelecimentos que gozavam de um ambiente mais propício à atualização dos fundos bibliográficos, quer pelo seu prestígio quer

14 Transcrevemos, como exemplo porque o tipo de anúncio é praticamente idêntico ao longo dos anos até 1800, o que vem no *Almanach para o anno de 1796*. Lisboa: na off. da Academia Real das Sciencias, 1796, p. 120-121: “LIVRARIAS PUBLICAS EM LISBOA [...] Os Religiosos de S. Domingos franqueão ao publico a sua Livraria. Os Religiosos de S. Francisco igualmente, e esta Livraria está muito bem sortida pelo grande disvello do P. Fr. Luiz de S. Clara Povoa. Os PP. da Congregação do Oratorio da R. Casa de N.S. das Necessidades também franqueão a Livraria às pessoas curiosas. Os Religiosos do convento de N.S. de Jesus estão apromptando a sua para a fazerem publica, pela actividade do P. Fr. Antonio Baptista Abrantes, confessor da Princesa a Sra D. Carlota”.

15 Carl Israel Ruders – *Viagem em Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, vol. 1, p. 62-63. O convento a que se refere é o de Nossa Senhora dos Anjos, situado em Brancanes (Setúbal) e pertencente à Ordem dos Frades Menores-Missionários Apostólicos.

pelos bens materiais de que dispunham, há exemplos de estagnação. Independentemente da dimensão da casa, a dinâmica de atualização está intimamente ligada à utilidade prática que as diversas comunidades reconheciam ou não, à necessidade de adquirir novas leituras e à diligência dos responsáveis em manter o florescimento da biblioteca, não apenas pelo seu aspeto mas também pelo seu conteúdo.

Veja-se, a propósito, o exemplo da biblioteca do grande convento de S. Francisco de Xabregas, sede da Província dos Algarves da Ordem dos Frades Menores, no testemunho de frei António de Jesus Maria José Costa, bibliotecário e cronista da Província dos Algarves. Numa carta¹⁶ escrita a um amigo no ano de 1778, justificativa da ação que vinha a empreender desde 1775, por ordem do seu Superior e que consistia na visita aos conventos da Província para verificar o estado das bibliotecas e trazer para Lisboa as obras de maior valor, frei António dá-nos o seguinte retrato:

“[...] devemos nós chamar insignificantes às livrarias dos outros Conventos da nossa Província, à excepção de hua até duas, parece isto incrível; mas a prova hé tão evidente que não há que duvidar. A serventia de muitas dellas hé guardar trigos, lãas, hábitos velhos, vestiarias, e outras couzas, todas tendentes à dissipação dos mesmos livros, assim por sua qualidade, como pelo mau resguardo dellas em handarem as chaves por muitas mãos. Outras são cazas sempre fechadas, onde a falta de ar, a humidade, a multidão de ratos e outras sevandijas tem estragado e corrompido os livros [...] Destes tristes exemplos vos podia eu referir muitos, se vos não supozesse sciente delles, assim como o estais, de que o mayor tratamento que se costuma dar às taes Livrarias hé o servirem de Cellas aos Religiozos moradores, nos ditos Conventos, e muitas vezes a Leigos, donatos, e servirem de hospedaria a todo o género de pessoas, cuja serventia tem cauzado damnos irreparáveis de furto, alienação e estrago”¹⁷.

Quanto à oposição interna (que também a houve) relativamente à necessidade de atualização de leituras, a apreciação que faz é bem indicativa de estagnação e pouco interesse por novos textos:

“Vós sabeis o ascendente que o gosto dos maos estudos tem ainda na Província, especialmente nos Religiosos de meia idade para cima, aos quaes parece que o ranço tem estragado de tal sorte o paladar, que tudo o que não são Mastrios, Alcantarenses, Corellhas, Villalobos, Larragas, Carlos Magno, Alivio de tristes &ª lhe não fazem sensação alguma. Não sou encarecido: vós sabeis muito bem que estes são os livros que ordinariamente se abrem e por onde se lê, se acaso se lê, nas Livrarias da Província”¹⁸.

16 Transcrita em Maria Valentina Sul Mendes – As novas instalações da livraria de S. Francisco de Xabregas no século XVIII. *Revista da Biblioteca Nacional*. S. 2, vol. 9, n.º 2 (1994) 133-145 (com leitura e notas de Fernando F. Portugal).

17 Maria Valentina Sul Mendes – As novas instalações..., p. 135-136.

18 Maria Valentina Sul Mendes – As novas instalações..., p. 143.

Poderíamos multiplicar os exemplos de maior ou menor vitalidade das bibliotecas religiosas mas o nosso objetivo é agora analisá-las enquanto organização *de per se*, através do conjunto de práticas que nelas se utilizavam para o cuidado dos livros, de forma a garantir aos seus leitores o conhecimento e o acesso ao acervo, papel que incumbia ao bibliotecário, enquanto mediador entre o livro e o leitor. É o encontro com essas práticas, tal como as vemos representadas em catálogos e índices elaborados no século XVIII e inícios do XIX, e expressas, muitas vezes, nas palavras dos bibliotecários que os prepararam, que nos propomos fazer de seguida.

No conjunto de catálogos que compilámos¹⁹, tornou-se evidente que nas bibliotecas conventuais e monásticas setecentistas se aplicavam modalidades organizativas com princípios semelhantes e baseadas em esquemas classificativos pré-estabelecidos resultantes do conhecimento expresso em “manuais” e, de forma ainda mais expressiva, numa *praxis* que circulava nos estabelecimentos religiosos. As regras que podemos considerar essenciais, como a escolha do melhor local para instalar a biblioteca no convento, o respetivo regulamento, os deveres do bibliotecário, a forma de escolher as obras a adquirir, a classificação e catalogação das espécies bem como o modo de as arrumar, existiam desde séculos anteriores. Não obstante, é no século XVIII que assistimos a uma verdadeira explosão editorial de obras destinadas a prospetivos proprietários de bibliotecas, o que revela, antes de mais, a necessidade de responder à vulgarização de hábitos colecionistas que levavam ao surgimento de mais bibliotecas²⁰. Este movimento foi acompanhado, também, de uma renovação das condições de armazenamento, em termos de espaços e mobiliário, e da criação de condições de acessibilidade mais adequadas à consulta e leitura das espécies²¹.

19 Utilizados neste trabalho: *Aurea clavis reserans bibliophilacium hoc magnum Alcobatiae 1701*. (BNP. COD. 7412). *Index Geral da Livraria do Convento de S. Francisco de Xabregas onde se achão os Livros pelos nomes ou cognomes mais conhecidos dos seus Autores...* 1809. (BNP. COD. 8383-8384). *Index librorum qui in Bibliotheca Canonica Secularium Domus S. Joannis Evangelistae de Xabregas asservantur*. 1763. (BNP. COD. 7437). *Indice alphabetico e universal da Livraria do Real Mosteiro d'Alcobaça...* 1801. (BNP. COD. 6483-6484). *Radiolus Radiolorum Radii Bibliothecae Secu[n]dariae Regalis Archicoenobii Alcobacensis...* 1684. (BNP. COD. 7383). *Radius Bibliothecae Secu[n]dariae Regalis Archicoenobii Alcobacensis...* 1684. (BNP. COD. 7382). Para uma análise mais alargada relativa às bibliotecas religiosas de Lisboa ver Fernanda Maria Guedes de Campos – *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso do livro em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Tese de Doutoramento apresentada à FCSH-UNL. Lisboa: [s.n.], 2013. Estes e outros catálogos estão estudados em Fernanda Maria Guedes de Campos – *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.

20 V. em especial Roger Chartier; Daniel Roche – *Les pratiques urbaines de l'imprimé*. In *Histoire de l'édition française*. Dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier. Paris: Promodis, 1984, vol. 2, p. 403-429.

21 Ainda que não seja nossa intenção analisar os equipamentos para bibliotecas, não podemos deixar de indicar a propósito o estudo de Claude Jolly – *Bâtiments, mobilier, décors*. In *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II, p. 361-371. Para as bibliotecas portuguesas ver como estudo de conjunto, António Filipe Pimentel – *Bibliotecas*. In *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Dir. José Fernandes Pereira. Lisboa: Presença, 1989, p. 88-92 e para a estética joanina, Sandra Costa Saldanha – *O paradigma estético da biblioteca joanina: bibliotecas conventuais setecentistas*. In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: Actas do II e III Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 99-117.

A antiguidade e a especificidade das bibliotecas religiosas não as afasta, bem pelo contrário, do conhecimento e da adoção de práticas organizativas modernas não só porque os seus responsáveis adquiriram obras de referência no domínio bibliográfico, de origem espanhola, italiana e francesa, mas também porque os próprios bibliotecários, de diversos estabelecimentos e ordens, procuram adaptar os princípios organizativos difundidos nos manuais à realidade da biblioteca onde trabalhavam. Há, portanto, uma componente teórica nos procedimentos e opções seguidos nas bibliotecas religiosas mas matizada pela assunção prioritária de uma noção do que é melhor e mais adequado para a biblioteca quando tomada individualmente.

Começando pelas “boas práticas” expressas em manuais é, sem dúvida, a proposta de Gabriel Naudé (1600-1653)²², a que mais vai influenciar a bibliografia da especialidade editada no século XVII e no seguinte, mantendo-se, aliás, ainda hoje como uma obra matricial no contexto da organização de bibliotecas. Um dos princípios determinantes para a qualidade dos serviços prestados por uma biblioteca (e objetivo concreto dos bibliotecários religiosos como vamos ver) é a ordem dos livros, considerada como a “alma da biblioteca”. Atente-se a comparação que Naudé estabelece entre livros e soldados:

“[...] il n’y a point de doute que sans icelle [ordre] toute nôtre recherche serait vaine & nôtre labeur sans fruit, puis que les livres ne sont mis et réservés en cet endroit que pour en tirer service aux occasions qui se présentent. [...] Je dis davantage que sans cet ordre & disposition tel amas de livres que se peut être, fut-il de cinquante mille volumes, ne mériterait pas le nom de Bibliothèque, non plus qu’une assemblée de trente mille hommes le nom d’armée, s’ils n’étaient rangés en divers quartiers sous la conduite de leurs Chefs & Capitaines [...]”²³.

A obra de Naudé marcou também, expressivamente, a diferença entre os saberes humanistas e os saberes modernos e no elenco de matérias que propõe, para arrumar corretamente os livros numa biblioteca, encontramos consignadas cinco grandes classes: Teologia, Medicina, Jurisprudência, História, Filosofia, Matemáticas e Humanidades. Em todas, segundo as suas palavras “il faut diviser chacune en particulier, suivant leurs diverses parties”. O princípio que deveria nortear esta tarefa seria sempre o de considerar que “le meilleur [ordre] est toujours celui qui est le plus

22 Gabriel Naudé – *Advis pour dresser une bibliothèque*. Deuxième édition revue, corrigée et augmentée. Paris: chez Rolet Le Duc, 1644. [Ed. facsimilada integral Paris: Klincksiek, 2008]. Naudé foi bibliotecário do cardeal Barberini e do cardeal Mazarino, o qual, com a sua ajuda reuniu uma biblioteca de 40.000 volumes. É, sobretudo, célebre por ter redigido o primeiro manual de biblioteconomia sob forma de conselhos relativos ao modo de constituir uma biblioteca. Cf. Maurice Caillet – *Les bibliothécaires*. In *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II, p. 373-389.

23 Gabriel Naudé – *Advis pour dresser une bibliothèque...*, p. 130-132.

facile, le moins intrigué, le plus naturel [...]”²⁴ elencando, dentro de cada classe, as matérias mais específicas sempre da mais geral para a mais particular.

Naudé não ignora os inconvenientes da arrumação sistemática ideal e que são, primeiro, misturar obras pequenas com grandes porque tratam do mesmo assunto e segundo, obrigar a constantes re-arrumações sempre que chegavam livros novos. Propõe que os novos se ponham à parte durante seis meses e que depois sejam inseridos nos sítios próprios. Deste modo, só se mexeria na ordem da biblioteca duas vezes por ano o que, apesar do incómodo que dava, teria a vantagem de arejar os livros. Refere ainda, como exemplo de má prática, a Biblioteca Ambrosiana onde tudo estava misturado e só se conseguia encontrar usando o catálogo que não estava organizado metodicamente mas tão só pela ordem alfabética de autores. Sugere, então, Naudé que, não querendo ou não podendo seguir-se à risca, na biblioteca, a metodologia que propõe, ao menos se preparasse um catálogo por matérias, com todas as subdivisões necessárias para além de outro alfabético de autores, indispensável quando a biblioteca estava organizada por assuntos (p. 103-104).

Como fizeram, então, os bibliotecários religiosos? Vamos ver alguns testemunhos que documentam bem as dificuldades organizativas que sentiram e os meios que utilizaram para as contornar. Começamos por Frei João de Santa Ana, bibliotecário do convento de Mafra, pertencente à Ordem dos Frades Menores, Província da Arrábida. Esta biblioteca que é das poucas que subsistiu *in situ*, tem, como se sabe, os livros dispostos em estantes, encabeçadas por letreiros onde está inscrito o assunto respetivo, estantes essas que se distribuem pelo piso térreo e pela galeria. Escreve o bibliotecário:

“Advertencias previas e necessárias para se conhecer o plano que segui na classificação dos livros, o modo como estão distribuídos, o fim porque se achão numerados, a razão porque não pode haver entre eles huma exacta ordem e seguimento regular etc etc. Do que fica dito se colige que havendo por baixo da varanda 54 Estantes e em cima 82 e que não admitindo estas senão livros de menos de dois palmos de altura, não pode haver na disposição delles huma ordem tão exacta, que correspondão sempre as matérias e sciencias que se contém nas Estantes superiores às que se contém nas inferiores, e muito menos hum seguimento regular nas obras, que tratão da mesma matéria, e se achão nas Estantes de cima. Pede a ordem que contendo huma Estante v.g. Historia Ecclesiastica, a que lhe conresponde em cima tivesse o mesmo. Segui este plano quanto me foi possível, mas não pude seguillo sempre, tanto por haver falta de livros para isso, como por serem muito menos as Estantes inferiores”²⁵.

24 Gabriel Naudé – *Advis pour dresser une bibliothèque...*, p. 100.

25 *Catalogo da Real Livraria de Mafra, Disposto por ordem alfabética, e escrito Por Fr. João de Santa Anna, Primeiro Bibliothecario da mesma Livraria, Ex-Leitor, Padre da provincia da Arrabida, e Pregador Regio. Tomo I. Contem as letras A-B. Anno de 1819. Apud Jorge M. Rodrigues Ferreira – História da biblioteconomia em Portugal. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013, Documento IV, p. 288.*

O espaço condicionava a exata colocação das espécies, como se vê. A redação de um catálogo, no caso por ordem alfabética de autores, constituía um precioso auxiliar para encontrar as obras que se pretendiam e permitia uma visão diferente daquela que a arrumação metódica proporcionava. Um aspeto interessante em Mafra é a existência de uma “Biblioteca volante” constituída por livros que não tinham localização certa. Fosse uma tentativa de ir obstando aos problemas de constantes rearranjos para incluir obras novas, ou a constituição de um núcleo de obras mais consultadas ou de menor importância, o certo é que Frei João de Santa Ana indica nas Advertências do seu catálogo: “Quando se encontrarem estas palavras = ando volante com os livros de encher = designão que aquella obra ou tomos não tem lugar certo”²⁶.

Os problemas de arrumação dos livros estão também na origem de um outro testemunho interessante, desta feita do bibliotecário do convento de S. Bento de Xabregas, em Lisboa, da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, mais conhecidos por Lóios. O título do catálogo que preparou em 1763, onde se encontram as Advertências que vamos analisar, é *Index librorum qui in Bibliotheca Canoniorum Secularium Domus S. Joannis Evangelistae asservantur*²⁷, elucidativo quanto ao seu conteúdo, pois, na realidade não é propriamente um catálogo mas sim um conjunto de índices destinados a orientar o leitor para o local da biblioteca em que se encontrava a obra que pretendia. A biblioteca dispunha de um catálogo mais antigo, como refere o bibliotecário, mas desactualizado e o objectivo deste *Index*, expresso nas Advertências, consiste em providenciar uma forma expedita para obstar a esse problema e, como deduzimos das suas palavras, a outros de que sofria a biblioteca. As opções organizativas são assim explicadas:

“Vai este Índex dividido em 5 p.tes. A prim.^a declara os nomes dos Authores. A seg.^a da os sobrenomes. A 3.^a os títulos dos Livros. A 4.^a he hum catalogo dos nomes dos Authores, e títulos dos Livros, q. se achão nesta Livraria, não por Abcedario, mas sim pela mesma ordem dos números com q.e estão postos em cada Estante. He útil p.^a q.do faltar algum volume, em qualquer das Cazas, ou Lugar, e o Bibliothecario ignorar qual seja, buscando neste Índex a Letra, a Est.^a e o Numero, saberá com brevidade qual he o Author, ou Tomo q.e falta naquelle lugar. Tão bem serve, p.^a q.do vier algum Livro de novo, advertir a p.te ou lugar, q.e lhe hade destinar, p.^a q.e não se ponha em alguma Caza, ou numero, q.e esteja ocupado, como tem succedido m.tas vezes, principalm.te nos Lugares daqueles Livros, q.e por algum motivo se achão fora da Livraria, pelo q.e acontesia haver dous, ou tres tomos de diferentes Authores destinados p.^a o m.^o num.^o q.e era hum dos defeitos q.e tinha esta Livraria.

26 Jorge M. Rodrigues Ferreira – *História da biblioteconomia...*, p. 301.

27 BNP. COD. 7437.

A quinta p.te he p.^a remediar outro defeito, q.e tem esta Livraria. Todos notão nela, não se acharem divididas as faculd.es pois se achão misturados nas mesmas Estantes Authores de diferentes Sciencias. Bem adverti ao fazer deste Índex acudir a esta falta, porem como era perder o trabalho do outro Índex dos Sermões, q.e se escreveo primeiro, pois se citão os Authores seg.do a ordem em q.e se achão colocados, e havendo esta mudansa, era necessário emendar tudo ou fazer outro de novo, e faltoume a paciência p.^a tão gr.de trabalho. P.^a evitar este, a q.m ignorar o nome de algum Author, q.e trate de alguma faculd.e q.e pertender ver, ou quizer saber os Authores q.e há nesta Livraria de cada huma das Faculd.es (sem estar em pé, antes com m.to descanso, e sentado) na quinta p.te os achará com divizão por cada huma das Sciencias”²⁸.

Estamos na presença de um invulgar catálogo que proporciona diversos modos de aceder aos livros. Em primeiro lugar, há dois índices de autor, um ordenado pelo nome próprio, outro pelo apelido; os títulos constituem um índice à parte a que se segue um quarto índice que combina autor-título, organizado topograficamente com a intenção de controlar as existências na biblioteca, evitar a duplicação de cotas (vantagens na ótica do bibliotecário) e direcionar o leitor que procura determinada obra de determinado autor, para o sítio onde ela se encontra. Finalmente, um índice por assuntos permite resolver o acesso às estantes da biblioteca quando o leitor pesquisa um dado tema e quer conhecer as existências. Este índice era fundamental porque, como se infere das palavras do bibliotecário, a biblioteca não estava organizadas por matérias, defeito que “todos notão nela”, por não ser essa, ao tempo, a melhor (e mais difundida) prática de organização das coleções.

Um aspeto colateral mas que nos dá a consciencialização da prestação de um serviço é o facto de o bibliotecário referir que estes índices permitem encontrar na biblioteca as leituras que se desejam “sem estar em pé, antes com muito descanso e sentado”. É fácil imaginar numa biblioteca que não tinha uma ordem específica na sua organização, as andanças constantes de estante para estante a fim de encontrar a obra pretendida, circunstância que certamente se agravava para os membros da comunidade que não fossem já tão jovens...

Como vimos atrás, nos princípios enunciados por Gabriel Naudé, para uma biblioteca bem organizada, constava também a elaboração de catálogos. Na investigação que fizemos, deparámo-nos com modelos diferentes de representar as existências das bibliotecas religiosas, nuns casos com uma descrição bibliográfica mais detalhada, compreendendo autor, título, número de edição, local de publicação, nome do impressor/editor, data de impressão, número de volumes e formato, nem sempre exatamente por esta ordem, nem com tanta minúcia, não esquecendo a informação sobre a cota da obra, em regra, a estante e o número de ordem que nela ocupava.

28 BNP. COD. 7437, f. [3].

Muitos são, efetivamente, catálogos alfabéticos de autores que incluem, na maior parte, entradas remissivas que orientam o leitor de um nome (ou forma de nome) para outro. É comum a utilização de títulos agregadores como *Vidas de santos*, *Dicionários*, *Enciclopédias*, *Gramáticas*, *Sermões*, *Relatos vários* e outros que, figurando na biblioteca com alguma abundância e configurando gêneros em que o autor ou o título eram menos relevantes numa primeira busca, beneficiavam deste modo de uma aproximação mais segura e sustentada pois se encontravam juntos no catálogo. É uma prática que Naudé recomenda, assinalando a importância da proximidade física e/ou através do catálogo, das obras de referência e, nos gêneros que eram constituídos, sobretudo, por folhetos os quais, pela sua natureza física, colocavam problemas de arrumação, preconiza que se encadernem juntos, agregando-os por autor ou assunto, para garantir a sua integridade física e auxiliar os potenciais leitores.

O testemunho que Frei José Caldeira, bibliotecário do mosteiro de Alcobaça, deixou no rascunho do catálogo preparado em 1800-1801²⁹, é elucidativo não só sobre o “costume ordinário” de encadernar os folhetos num volume mas também sobre o que considera serem as alternativas para o melhorar:

“Agora a duvida he como se hão de lançar no catalogo os títulos de folhetos, e papeis avulsos, q. às vezes constam de três, ou quatro folhas, e por isso mesmo devem ajuntar-se muitos, cortando os maiores pelos maais pequenos sem detrimento do texto p.^a se fazer hum volume ordinário, porq. de outra sorte, alem de se perderem facilm.te, nem se lhes pode pôr titulo nas costas, nem se arranjam bem nas estantes. O costume ordinário em semelhantes cazos he pôr nos livros, e escrever no catalogo os títulos = colecção de vários papeis = relações varias = miscelânea = sem apontar no índice os títulos particulares dos opúsculos compreendidos em cada huma d’aquellas colecções. Não me agradou este methodo: por q. alem de serem os títulos m.to vagos, e de confundirem com outros idênticos, q. podem estar na mesma caza, não se fazendo no catalogo menção particular de cada hum dos papeis, q. se ajuntarão, he preciso adivinhar o volume em q. estão, ou revolver as colecções todas q. se acharem com aquelles títulos. Para evitar estes inconvenientes tomei o acordo d’expressar o nome do primeiro opusculo no titulo externo do livro, em q. ajuntei m.tos, escrevendo, ou, ao menos, apontando os dos outros nos lugares competentes, com remessa, ou, p.^a melhor dizer, expressando no fim de cada hum d’elles o primeiro titulo e o numero da caza, em q. se acha a colecção [...] Esqueceo-me dizer hum pouco mais acima q. nas colecções de q. tenho falado, p.^a comodidade dos leitores, convem ajuntar no principio algumas folhas em branco, p.^a se fazer hum índice particular dos opúsculos q. compreende cada hum dos volumes, numerando p.^a isto as paginas todas do livro”.³⁰

29 *Índice alfabético e universal da Livraria do Real Mosteiro d’Alcobaça...* (BNP. COD. 6483-6484).

30 *Índice alfabético e universal da Livraria do Real Mosteiro d’Alcobaça...*, vol. 2º, Advertencia 11ª, p. 238. Refira-se, a propósito que, na Biblioteca Nacional de Portugal se encontram múltiplos exemplos desta prática de incluir índices manuscritos nos volumes de miscelânea, com proveniência de instituições regulares.

Pensamos que é também em nome da “comodidade dos leitores” que a organização da biblioteca representada pela elaboração de catálogos leva muitas vezes a optar por redigir índices onde se menciona apenas o nome do autor, o título e a localização física da obra e não propriamente catálogos, com descrições bibliográficas completas. A preparação de um catálogo era uma atividade morosa e a sua desatualização ocorria com rapidez. Preparar um novo instrumento de busca era quase impraticável pelo que as alternativas eram, na totalidade dos casos examinados, a inserção de adições feitas por outras mãos, recorrendo ao espaço destinado no final de cada letra (às vezes eram várias folhas), colando pequenas tiras de papel com descrições novas ou em falta, utilizando os espaços entre as descrições já lançadas no catálogo, enfim, demonstrando uma vitalidade no crescimento da coleção mas também revelando a dificuldade em produzir constantemente novos catálogos.

Quanto aos índices como os do convento de S. Bento de Xabregas atrás referidos, podiam agilizar o processo catalográfico mas não proporcionavam tanta informação sobre as obras quanta seria desejável, por exemplo, ao nível da especificidade das edições descritas o que obrigaria o leitor a ver cada uma até decidir sobre a que melhor lhe convinha. Recorremos, de novo, ao testemunho de frei José Caldeira que, por exigência própria e também por trabalhar num mosteiro cuja biblioteca era uma referência, defende uma catalogação minuciosa, rigorosa na sua apresentação alfabética, respeitando a integridade do título da obra, bem como a língua em que se encontrava escrito, opondo-se assim a uma simplificação que se verificava nalguns catálogos. Curiosa é a sua opinião sobre as vantagens de um catálogo alfabético de autores sobre um metódico e que vamos transcrever:

“A Copia [para o catálogo definitivo] deve-se fazer pela ordem do alfabeto, não só porq. o classificar todos os livros com a devida propriedade he empresa de q. poucos são capazes, mas porq. uzando da ordem das facultades, fica perdido quazi todo o trabalho q. está feito, e he forçoso entrar em outro igual [...] Seguindo a ordem das facultades he necessário dispo-las primeiram.te pela ordem do alfabeto, e depois fazer tantos abecedários, quantas forem as facultades, p.^a ordenar por eles os livros pertencentes a cada huma [...]. Alem de que he preciso deixar m.tos e grandes espaços entre os títulos q. se escreverem em cada huma das classes, pondo os q. procurarem os livros na necessidade de saberem a classe a q. eles peretencem, porq. de outro modo será impossível acha-los [...]. He certo q. todos os methodos tem seos inconvenientes: mas por isso mesmo será melhor o q. tiver menos.”³¹.

São, sem dúvida, questões pertinentes, porém, a verdade é que o mosteiro de Alcobça tinha anteriormente catálogos, melhor dizendo, índices, de 1684 e 1701

31 *Índice alfabético e universal da Livraria do Real Mosteiro d'Alcobça...*, Advertencia 7^a, p. 236.

(que analisaremos de seguida) em que a opção organizativa fora, como em S. Bento de Xabregas, proporcionar o acesso do leitor à obra, por assuntos, por autor (quer por nome próprio quer por apelido) e por título reduzindo a descrição aos elementos indispensáveis, o que provava a possibilidade (e a prática...) de se construir, pelo menos, um índice simplificado por grandes áreas temáticas.

O exemplo do catálogo do convento de S. Francisco de Xabregas, sede da Província dos Algarves, da Ordem dos Frades Menores, que atrás já referimos, apresenta, neste particular, um trabalho mais completo: dos dois volumes um é consagrado aos autores e títulos de obras anónimas, por ordem alfabética, com uma catalogação muito completa e o outro está organizado por assuntos mantendo a descrição bibliográfica também integral. Nenhum deles é, pois, um índice e ambos cumprem os melhores princípios que, na época, se preconizavam.³² Só temos uma nota explicativa do bibliotecário frei Inácio de Santa Maria dos Anjos Quintanilha sobre o método escolhido para o catálogo por matérias, disposto por ordem alfabética das mesmas:

“Os Nomes dos Autores que estão escriptos no Catalogo desta Bibliotheca, à excepção das Biblias q. estão na letra B e das Concordancias, na letra C, todos estão por alfabeto, de sorte q. tantas são as matérias em q. este Catalogo está dividido, tantos são os Alfabetos.”³³

Para cada letra do alfabeto podem existir 34 entradas (tantas quantos os assuntos) se for o caso de haver autores cujos nomes comecem por essa letra e tenham obras em todos os temas. Para obstar a esta dificuldade, o bibliotecário mandou colar uma pequena etiqueta saliente, com a letra adequada, no início da folha correspondente ao seu início. Acresce que a ordem alfabética dentro de cada letra/assunto nem sempre é observada. Ainda assim, não seria tarefa fácil percorrer este índice e, na verdade, o volume ficou-se pela letra J, apesar de nalgumas entradas estarem averbadas inscrições respeitantes a obras posteriores, dentro do século XIX.

Em suma: entre a organização ideal dos livros no espaço da biblioteca e a representação que dela se faz num catálogo há regras e princípios geralmente aceites mas existe da parte dos responsáveis a consciência da dificuldade em atingir a perfeição que se consubstancia na “facilidade de se achar o que se busca” e na “comodidade do leitor”. A missão da biblioteca é, efetivamente, prestar um serviço público ainda que, no caso das bibliotecas religiosas, o público seja constituído pelos

32 De acordo com Frei José Caldeira “Ultimamente deve-se notar q. a obrigação, para assim dizer, de hum índice geral he mostrar os livros q. há, os seus Autores, a matéria principal de q. tratão, os anos e lugares, em q. forão impressos, a forma e numero de volumes, o lugar aonde estão na Livraria, e, quando muito, declarar os nomes dos q. os imprimirão, publicarão, traduzirão e ilustrarão, e se a edição he primeira, segunda, ou terceira.” (Advertencia particular 2ª, p. 240).

33 BNP. COD. 8384, f. [3].

membros da comunidade, não raro também mestres e alunos e religiosos de outras instituições pertencentes à mesma ordem ou congregação. O século XVIII vê também consagrar-se em diversas casas, a prática de franquear as portas da biblioteca a quem dela precisava, como vimos a propósito dos conventos de S. Domingos de Lisboa e de S. Francisco da Cidade.

Resta-nos analisar agora a segunda premissa que Gabriel Naudé enuncia acerca da ordem numa biblioteca. Na sua obra apresenta um esquema de saberes que se declinava em cinco grandes classes, a dividir e subdividir hierarquicamente de acordo com os assuntos específicos cobertos pela biblioteca. As bibliotecas conventuais e monásticas no século XVIII têm as suas práticas de sistematização expressas quer no espaço da própria biblioteca, quando há letreiros nas estantes indicando o assunto, como referimos para o convento de Mafra quer no catálogo, quando está organizado por matérias ou quando existe um índice específico, como vimos nos exemplos de S. Bento de Xabregas e S. Francisco de Xabregas. O encontro com os esquemas que estas e outras bibliotecas utilizaram desvenda uma aplicação de princípios mais práticos que teóricos e um cânone que se repete, com matizes, quer em grandes quer em pequenas bibliotecas.

Seguindo um caminho cronológico, fazemos referência, em primeiro lugar, ao catálogo do mosteiro de Alcobaça de 1684, cujo segundo volume, intitulado *Radiolus radiolorum radii Bibliothecae Secundariae Regalis Archicoenobii Alcobacensis*³⁴, compreende um conjunto de índices que já mencionámos, entre os quais um de assuntos, que elenca 17 *Radioli*:

Biblicus, Concionatoricus, Asceticus, Catecheticus, Theologicus, Casuisticus, Canonisticus, Ecclesiasticus, Regularicus, Iuristicus e Historicus, estando em branco (apenas com o título) os Philosophicus, Physicus, Medicinaticus, Astrologicus, Chronologicus e Geometricus.

A classificação é interessante e variada, combinando matérias que tradicionalmente figuram nestas bibliotecas, com a Bíblia em primeiro lugar, como era prática e não refletindo a tábua das cinco classes, antes propondo temas sem hierarquização especial mas que teriam significado para caracterizar o acervo da biblioteca de Alcobaça e as expectativas dos seus leitores. Em 1701, o catálogo que se intitula *Aurea clavis reserans bibliophilaciumhoc magnum Alcobatiae*³⁵ apresenta uma tábua de matérias, cada uma designada *clavis*, elucidativa da variedade de assuntos que a biblioteca de Alcobaça cobria mas também representativa da capacidade do bibliotecário em organizar de forma tão minuciosa um catálogo temático. A ordem das

34 BNP. COD. 7383.

35 BNP. COD. 7412.

classes apresenta semelhanças com a do catálogo anterior mas é mais pormenorizada³⁶. Assim temos:

Biblica	Gramaticalis
Interpretum	Lexicographiae
Sanctorum Patrum	Musica
Concionatrix	Arithmetica
Philosophiae et Theologiae	Historica
Theologiae Moralis	Cerimonialis
Theologiae Regularis	Ascetica
Canonica	Poetica
Juridica	Eruditionis Profanae
Medicinalis	Architetonica
Mathematica	Variorum Voluminum

Além das matérias mais suscetíveis de figurar numa biblioteca religiosa há outras como a Música e a Arquitetura que não surgem, em regra, nos esquemas práticos de classificação, mas foram consideradas com importância e autonomia na biblioteca de Alcobça. As grandes secções como a dos Intérpretes da Bíblia e a História têm subdivisões. No primeiro caso, os Intérpretes estão agrupados de acordo com os livros da Bíblia e no caso da História, há três subgrupos: “Regularis”, “Monasticae” e “Lusitana”. De notar que, em outras matérias se verificam, por vezes, subdivisões que, no geral, pretendem esclarecer sobre o conteúdo específico de algumas obras. É o caso dos Concionadores, em que o assunto específico dos sermões permitiu ao bibliotecário agregar as referências do índice de acordo com os santos invocados e o calendário litúrgico.

Trata-se de um esquema muito abrangente e também muito próprio, tendo o catálogo uma estética elegante e ilustrada, pois, além das cercaduras nas páginas a preto e vermelho e da composição artística do rosto, tem uma disposição gráfica que permite reconhecer as matérias a partir de um pequeno desenho que representa o assunto.

Mais detalhado ainda é o índice de assuntos que preside à organização do segundo volume do catálogo da biblioteca de S. Francisco de Xabregas que se intitula *Catalogo da Livraria do Convento de S. Francisco de X.as feito sendo Vigario Prov.al o N.R.mo P.M. Fr. Jozé de S.ta Rozalia Queirós por Fr. Ignacio de S.ta Maria dos Anjos Quintanilha Preg.or Jub.º Bibliothecario. Anno 1786* e que referimos atrás, a propósito da complexidade de ordenar um catálogo por assuntos. São 34 as matérias em que

36 O índice de matérias intitula-se "Syllabus Clavium". BNP. COD. 7412, p. 17-22.

está dividido³⁷ o que nos mostra uma organização muito minuciosa ainda que sem sistematização por classes:

Patres et scriptores ecclesiastici	Genealogia
Concilia	Geographia
Bullaria	Antiquitates
Statuta et allii ad Religiones pertinentes	Humaniores litterae
Expurgatorii	Mathematica
Libri ad Inquisitionem expectantes	Medicina
Libri Exorcismorum	Philosophia
Jus Naturale	Libri de Beata Maria Virgine
Jus Canonicum	Theologia Mystica
Jus Civile	Theologia Moralis
Politici	Theologia Dogmática
Historia Ecclesiastica	Theologia Polémica
Historia Profana	Theologia Speculativa
Historia Naturalis	Theologia ad mentem S. Thomae
Historia Lusitana	Theologia ad mentem Scoti
Historia Hispanica	Liturgi
Historia Litteraria	Expositores Bibliae

Trata-se, como dissemos, de um índice que é extremamente detalhado, pressupondo um movimento de aquisição de obras que justificava a necessidade de se lhes aplicar um descritor próprio, e não falamos apenas da História e da Teologia onde as subdivisões vão ao encontro de escolhas classificativas semelhantes às que vimos atrás no mosteiro de Alcobaça. Há temáticas que não se incluem facilmente nas Faculdades tal como vinham declinadas teoricamente, nos manuais e bibliografias setecentistas, como se vê, por exemplo, nos *Libri ad Inquisitionem expectantes* que configura uma necessidade específica e não uma matéria propriamente dita.

Existem, como se percebe destes exemplos, variações próprias de cada biblioteca (e de cada bibliotecário) a um esquema de saberes que se foi utilizando e atualizando, com o recurso a desdobramentos e hierarquizações, também eles com variantes. A ordem dos saberes configura nas bibliotecas religiosas, a utilização de um esquema classificativo tão detalhado quanto a coleção de livros o sugeria e, para comodidade dos leitores, representava o modo preferencial de organização física de uma biblioteca. Os bibliotecários ainda que conhecedores das propostas classificativas expressas nos catálogos dos livreiros e nas obras destinadas a orientar a

37 O índice que apresentamos encontra-se também transcrito em Maria Valentina Sul Mendes – As novas instalações da livraria..., p. 129 e em Jorge M. Rodrigues Ferreira – *História da biblioteconomia...*, p. 133.

formação de bibliotecas³⁸, optam por um cânone temático que melhor caracteriza as coleções a seu cargo e a utilidade das leituras no ambiente de vida consagrada. Quanto aos catálogos, vemo-los organizados, preferencialmente, por ordem alfabética de autores, podendo ter também índices de matérias ou mencionar, de algum outro modo, a metodização escolhida.

Escritas num tom coloquial de quem se dirige aos seus confrades e se justifica perante eles pelas opções tomadas, as Advertências nos catálogos são uma fonte testemunhal da relação que, nas bibliotecas religiosas, se procurava estabelecer entre o livro e o seu leitor e, naturalmente também, da forma como se organizavam os livros e os saberes para que essa relação alcançasse a maior eficiência. Como se lê no rosto do catálogo da biblioteca do mosteiro de S. Bento de Saúde, o objetivo principal era, em resumo, “*para se procurarem, e descobrirem com muita facilidade os Livros de que se compõem esta Livraria*”³⁹.

38 Para uma visão de conjunto veja-se Roger Chartier – *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega, 1997 e os estudos de Henri-Jean Martin – *Classements et conjunctures*. In *Histoire de l'édition française*. Dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier. Paris: Promodis, 1982, vol. I, p. 429-441 e de Claude Jolly – *Principales classifications des bibliothèques*. In *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, 1988, vol. II, p. 382-385.

39 *Índice que mandou fazer o M.R.P. Preg. Geral Fr. João do Pillar sendo Abbade deste Mosteiro de S. Bento da Saúde. Para se procurarem, e descobrirem com muita facilidade os Livros de que se compõem esta Livraria*. 1776. BNP. COD. 7435.